



AGRICULTORES TEMEM FALHAS NO ABASTECIMENTO

João Madeira

joao.madeira@sol.pt

Aproxima-se o dia em que todas as mercadorias em circulação têm de ser comunicadas ao fisco. A CAP pediu reuniões de emergência ao Governo e tem «muitas reservas» sobre novo sistema. Os Técnicos Oficiais de Contas criticam falta de preparação prévia das Finanças.

O 1.º de Maio costuma ser notícia pelo Dia do Trabalhador, mas este ano essa efeméride tem concorrência. A data marca o início de um novo sistema de comunicação prévia das mercadorias em circulação à AT – Autoridade Tributária e Aduaneira, que está a deixar comerciantes, produtores e empresas de distribuição à beira de um ataque de nervos.

A CAP – Agricultores de Portugal já pediu uma reunião de emergência com o Ministério das Finanças e tem «muitas reservas» sobre a entrada em vigor das novas regras, que podem pôr em causa o normal abastecimento dos supermercados. O bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC), Domingues de Azevedo, concorda com a medida, mas admite que houve falta de preparação prévia da AT, o que pode gerar «dificuldades» nas comunicações.

As novas obrigações decorrem do novo sistema de facturas electrónicas, em vigor desde o início do ano. A partir de 1 de Maio próximo, qualquer transporte de mercadorias no país tem de ser acompanhado pela factura de compra do produto ou por um documento com um código da AT – Autoridade Tributária e Aduaneira, solicitado por via electrónica antes da expedição.

Os novos procedimentos causam receios nos produtores agrícolas, que temem dificuldades operacionais com o excesso de burocracia. Em declarações ao SOL, o presidente da CAP, João Machado, admite «complicações» no abastecimento a partir dessa data. «Pode dar-se o caso de haver procura por bens alimentares, haver mercadorias

para satisfazer essa procura, mas não haver maneira de transportá-las», alerta o responsável.

Dúvidas por esclarecer

A Federação Nacional das Cooperativas de Produtores de Leite também já se manifestou contra a nova legislação, que será difícil de cumprir. O preço do leite só é determinado depois da recolha nos locais de produção, pelo que a comunicação prévia dos valores envolvidos não é possível de fazer.

Além disso, alertou a Federação, a recolha de leite faz-se 24 horas por dia, «em locais que não são coincidentes com as residências dos respectivos produtores e em zonas frequentemente sem comunicações telefónicas ou muito menos acesso à internet», o que inviabiliza uma comunicação prévia de cada levantamento de leite.

Já o bastonário da OTOC realça que a emissão de guias ou facturas em localizações sem electricidade ou comunicações é um dos pontos em que a legislação é omissa. «Pode haver dificuldades. As alterações deviam ter sido preparadas com mais antecedência», argumenta. Contudo, mesmo que tenha de ha-

ver uma dilatação de prazos, Domingues de Azevedo considera que a medida é importante do ponto de vista de equidade fiscal. «O novo sistema marca uma nova era no relacionamento entre os sujeitos passivos e a administração fiscal», que vai passar a ter um conhecimento mais aprofundado dos bens em circulação.

Mas a quantidade de informação que vai ser necessário comunicar à AT é motivo de reticências por parte da Associação Portuguesa de Operadores Logísticos (APOL), que tem vindo a alertar para a possibilidade do abastecimento dos supermercados ficar em risco. Uma vez que o novo regime legal «está repleto de indefinições e incongruências», a associação está ainda à espera de uma portaria que pormenorize as obrigações legais a que os operadores vão ficar sujeitos.

Operadores logísticos temem que os camiões não consigam ir para a estrada e haja mesmo dificuldades no abastecimento

